

PROCESSOS DE DESPROTEÇÃO E DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS - UMA ANÁLISE DE MÚLTIPLAS EVIDÊNCIAS DOS REFLEXOS DA PANDEMIA

Recebido em: 20/10/2023

Aceito em: 22/02/2024

DOI: 10.25110/arqsaude.v28i1.2024-10858



Acileide Cristiane Fernandes Coelho¹
Maria Inês Gandolfo Conceição²

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma visão geral de múltiplas evidências, levantadas de forma sistemática na literatura, sobre processos de desproteção de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como estratégias de proteção e atuação durante a crise sanitária causada pela Covid-19 e no contexto pós-pandêmico. Para tanto, foram selecionados 13 artigos de revisão, entre 2020 e 2023, os quais trazem os principais aspectos que incidem nas desproteções de crianças e adolescentes, afetando a saúde mental, a convivência familiar e comunitária, bem como estratégias de intervenção para o enfrentamento dessas situações. Assim, este estudo traz uma discussão que pode ser subsídio para que profissionais do campo da proteção infantojuvenil possam planejar ações diante dos reflexos da crise pandêmica, política, social e econômica nos últimos tempos. Os efeitos das desproteções ligadas à insegurança de renda, à falta de acesso aos serviços, à redução de autonomia e a problemas de saúde mental ampliaram desproteções relacionais e contextos de violência. Por outro lado, o acesso a serviços e políticas públicas, com apoio às famílias, é o que a literatura destaca para ampliar a proteção infantojuvenil. Portanto, é fundamental identificar demandas para a busca de atuações com foco na melhoria das ofertas de serviços e na promoção de espaços de convivências protetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Infantil; Violência; Sistemas de Apoio Psicossocial; Proteção Social; Saúde Mental.

PROCESSES OF DEPROTECTION AND PROTECTION OF CHILDREN, ADOLESCENTS AND THEIR FAMILIES - AN ANALYSIS OF MULTIPLE EVIDENCE OF THE CONSEQUENCES OF THE PANDEMIC

ABSTRACT: The objective of this study is to present an overview of multiple evidence, systematically collected in the literature, on processes of deprotection for children, adolescents and their families, as well as protection and action strategies during the health crisis caused by Covid-19 and in the post-pandemic context. To this end, 13 review articles were selected, between 2020 and 2023, which bring the main aspects that affect the deprotection of children/adolescents, affecting mental health, family and community coexistence, as well as intervention strategies to combat these issues. Thus, this article

¹ Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: leidecris@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3063-4744>

² Doutora em Psicologia. Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: inesgandolfo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4052-3813>

brings a discussion that can provide support for professionals in the field of child and youth protection to plan actions in light of the consequences of this pandemic, political, social and economic crisis in recent times. The effects of lack of protection linked to income insecurity, lack of access to services, reduced autonomy and mental health problems have increased relational lack of protection and contexts of violence. On the other hand, access to services and public policies, with support for families, is what the literature highlights to expand child and youth protection. Therefore, it is essential to identify demands to seek actions focused on improving service offerings and promoting protective spaces.

KEYWORDS: Child Protection; Violences; Psychosocial Support Systems; Social Protection; Mental Health.

PROCESOS DE DESPROTECCIÓN Y PROTECCIÓN DE NIÑOS, ADOLESCENTES Y SUS FAMILIAS - UN ANÁLISIS DE MÚLTIPLES EVIDENCIAS DE LAS CONSECUENCIAS DE LA PANDEMIA

RESUMEN: El objetivo de este estudio es presentar un panorama de múltiples evidencias, recogidas sistemáticamente en la literatura, sobre procesos de desprotección de niños, niñas, adolescentes y sus familias, así como estrategias de protección y acción durante la crisis sanitaria provocada por el Covid-19 y en el contexto pospandemia. Para ello se seleccionaron 13 artículos de revisión, entre 2020 y 2023, que traen los principales aspectos que inciden en la desprotección de niños/adolescentes, afectando la salud mental, la convivencia familiar y comunitaria, así como estrategias de intervención para combatir estas situaciones. Así, este artículo proporciona una discusión que puede brindar apoyo a los profesionales del campo de la protección de niños y jóvenes para planificar acciones ante las consecuencias de esta pandemia, crisis política, social y económica de los últimos tiempos. Los efectos de la desprotección vinculados a la inseguridad de ingresos, la falta de acceso a servicios, la reducción de la autonomía y los problemas de salud mental han aumentado la desprotección relacional y los contextos de violencia. Por otro lado, el acceso a servicios y políticas públicas, con apoyo a las familias, es lo que destaca la literatura para ampliar la protección de niños y jóvenes. Por lo tanto, es fundamental identificar demandas para buscar acciones enfocadas a mejorar la oferta de servicios y promover espacios protectores de convivencia.

PALABRAS CLAVE: Protección Infantil; Violencia; Sistemas de Apoyo Psicosocial; Protección Social; Salud Mental.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de crise – desproteções e alterações significativas sociais, econômicas, políticas, psicológicas e relacionais –, a qual é resultante não apenas de um contexto pós-pandêmico ocasionado pela Covid-19, mas de um histórico anterior de fragilidades no campo da proteção de crianças e adolescentes. Muitas pesquisas foram realizadas durante essa pandemia, as quais versam sobre a ampliação das desigualdades e vulnerabilidades no campo da saúde mental, da convivência e da proteção infantojuvenil (CARVALHO; PICORNELL-LUCAS, 2022; KATZ; FALLON, 2022). Apesar de

parecer que discorremos de um tempo passado quando falamos sobre a pandemia ocasionada pelo SARS-CoV-2 (COVID-19), carregamos marcas tão presentes e tão históricas ao mesmo tempo porque vivenciamos uma crise pandêmica em outra crise já existente de saúde e de proteção social, além de vivermos tempos de conflitos mundiais e de riscos para crianças, adolescentes e suas famílias. As desproteções de crianças e adolescentes, como situações de violência e falta de acesso a bens e serviços coletivos, são um grande problema de público global antes, durante e após o momento pandêmico (CAMPBELL, 2020; HUANG *et al.*, 2023), e isso traz a necessidade de estratégias para a atuação das redes de proteção diante do cenário pós-pandêmico.

Devido ao distanciamento social no período da pandemia, as dinâmicas familiares foram afetadas tanto por fragilização e rupturas de vínculos familiares quanto pela ampliação da convivência (AVERY *et al.*, 2021; MARQUES *et al.*, 2020; ROOS *et al.*, 2021). Tal situação intensificou desproteções relacionais com sobrecarga emocional e/ou física com diversos reflexos, em especial, nas mulheres, com a redução da rede de apoio e a ampliação da necessidade de cuidar, gerando, muitas vezes, estresse parental (GRIFFITH, 2022; WU; XU, 2020). Nesse período, algumas pesquisas mostraram redução de denúncias de violência contra crianças e adolescentes considerando a diminuição do acesso à rede de proteção e o aumento dos obstáculos para a identificação de situações de desproteção infantil (CAMPBELL, 2020; KATZ; FALLON, 2022; MARTINS-FILHO *et al.*, 2020).

Apesar disso, no que tange às inseguranças de convívio no campo da violência contra crianças e adolescentes, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelam que os registros de violência nesses grupos em 2022 ultrapassaram significativamente os números anteriores à pandemia (REINACH; BARROS, 2023). É relevante destacar, conforme indicado pelo Anuário, que a violência atinge principalmente crianças e adolescentes negros (pretos e pardos), destacando o racismo como um fator que aumenta os riscos de abusos e crimes violentos, especialmente à medida que a faixa etária avança. Conforme os registros, os crimes de exploração sexual infantil, com vítimas de 0 a 17 anos, tiveram aumento nos seus números absolutos entre 2021 e 2022 de 16,4% (REINACH; BARROS, 2023). Em 2022, foram quase 41 mil vítimas de estupro na faixa etária de 0 a 13 anos, cerca de 11 mil entre 14 e 17 anos. A violência física, majoritariamente intrafamiliar, teve um aumento em 2022 de 13,8% em relação a 2021 (REINACH; BARROS, 2023). Esses dados sugerem um possível aumento nos casos de violência após períodos de maior distanciamento social. No entanto,

pesquisas também apontam para um aumento no número de notificações e denúncias com o retorno das atividades presenciais e a ampliação de rede de proteção, como as escolas (HUANG *et al.*, 2023). Pesquisas realizadas nos últimos anos sobre o padrão de queda de notificações de situações de violência nos períodos de férias escolares, conforme apontam Reinach e Barros (2023), indicam o protagonismo das escolas na denúncia de casos de violência contra o público mais jovem e a importância de ampliar espaços de escuta, acolhida e proteção.

Diante disso, tratamos neste estudo das vivências de desproteção no campo da convivência e das relações atreladas à fragilidade de vínculos e à insegurança de convívio familiar e comunitário nos últimos anos, sendo que essa fragilidade deve ser compreendida em sua dimensão multicultural, intergeracional, interterritorial e intersubjetiva (BRASIL, 2004). Tais desproteções relacionais englobam situações de abandono, conflitos, isolamento, confinamento, apatização, preconceito, violência em suas diversas manifestações (TORRES; FERREIRA, 2019). São situações complexas e envolvem múltiplas expressões da questão social, as quais incidem na saúde mental e no bem-estar de crianças/adolescentes e suas famílias. Portanto, trazem dimensões materiais e objetivas da desigualdade, dimensões éticas das injustiças e subjetivas do sofrimento (SAWAIA, 1999). Entendemos que, para garantir proteção, é preciso visibilizar as desproteções e compreender como isso ocorre nas relações cotidianas, bem como pensar em estratégias factíveis de atuação.

Neste sentido, é preciso olhar para as desproteções infantojuvenis mediante uma diversidade de situações e visar atuações que acontecem no campo das demandas plurais, como apontam Cronemberger e Teixeira (2015). Ressalte-se que essas demandas plurais podem ser materializadas em demandas objetivas de renda, sobrevivência e nas ligadas a vínculos afetivos de identidade, sentido de pertença social e laços de cidadania. Assim, concentramo-nos na identificação de desproteções e na atuação protetiva guiadas pela garantia de cinco seguranças sociais, as quais têm sido foco da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004): 1) a segurança de renda, a qual é a garantia para o cidadão acessar renda mínima, independentemente de limitações para o trabalho ou desemprego; 2) a segurança de sobrevivência referente ao apoio e ao auxílio em situações de riscos circunstanciais; 3) a segurança de autonomia referente à promoção de protagonismo, participação e acesso a direitos; 4) a segurança de convivência ou convívio no que tange às relações fortalecidas de sociabilidade, de reconhecimento social, de troca e vivência, seja na família, seja na comunidade, bem como a prevenção a situações de

vulnerabilidade relacional 5) a segurança de acolhida que trata da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social.

Além das desproteções resultantes de inseguranças socioeconômicas e sociorrelacionais, Alcântara e Duarte (2019) destacam aspectos relacionados ao ciclo de vida, à convivência familiar e comunitária, e ao acesso à rede de serviços, os quais demandam, muitas vezes, intervenções protetivas. Ao considerar as diferentes fases do desenvolvimento, torna-se evidente que as crianças e os adolescentes são um grupo vulnerável desde o nascimento, pois dependem de outros para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. Nessa perspectiva, é crucial dedicar atenção aos aspectos ligados à demanda por cuidado, autonomia e convivência, bem como aos riscos decorrentes de contextos de insegurança de convívio. Dada a complexidade das desproteções, é fundamental a articulação da rede de proteção e de diversas políticas para garantia de direitos.

Outra questão de grande relevância diz respeito à fragilidade da saúde mental de crianças e adolescentes, ocasionada por diversas situações, incluindo exposição a contextos de violência (CHOCIAY JUNIOR *et al.*, 2023). Embora haja alguns indicadores que caracterizariam a face da desproteção, não existe integralidade suficiente nas políticas sociais para uma melhor identificação e atuação (ALCÂNTARA; DUARTE, 2019). Portanto, um quadro de evidências é relevante para atuações direcionadas nos diversos âmbitos, como saúde, assistência social e educação.

Ressalta-se que o olhar para o enfrentamento das diversas desproteções deve se atentar para questões estruturais ligadas à discriminação e a violências relacionadas a marcadores sociais, como raça, gênero e etnia, as quais vão construindo subjetividades coletivas, políticas, culturais, transmitidas intergeracionalmente, ampliando desproteções no campo do convívio. Além das inseguranças sociais e no campo da saúde, é preciso se atentar para as faltas de diversos modos; dentre eles, os de acesso aos bens coletivos e aos serviços públicos de qualidade (ALCÂNTARA; DUARTE, 2019).

Assim, neste estudo, apresentamos uma visão geral de múltiplas evidências levantadas de forma sistemática na literatura, em que realizamos a integração, a síntese, a interpretação e a análise de resultados sobre os principais processos de desproteção de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como de estratégias de proteção e atuação durante a crise sanitária ocasionada pela Covid-19 e no contexto pós-pandêmico.

2. MÉTODO

Tendo em vista a existência de revisões sistemáticas que conseguiram criar quadros de evidências sobre a vivência de crianças, adolescentes e famílias no contexto pandêmico e pós-pandêmico, adotamos uma visão geral (*overview*) das revisões sistematizadas (COELHO *et al.*, 2017). Este tipo de revisão sistemática, ainda pouco explorada, utiliza métodos para identificar múltiplas revisões sobre questões de pesquisa relacionadas na mesma área para extrair, sintetizar e analisar resultados importantes, sendo geralmente mais amplas em escopo do que as revisões sistemáticas (COELHO *et al.*, 2017). Nesse caso, faremos uma síntese e uma análise que possam ser subsídios para profissionais no campo da proteção infantojuvenil planejarem ações diante dos reflexos da crise pandêmica, política, social e econômica.

Para que esse processo de revisão fosse realizado, utilizamos a estratégia PICO (AROMATARIS *et al.*, 2020) para a identificação de informações, como a população/problema (P), o fenômeno de interesse (I) e o contexto (Co), as quais implicaram na formulação das seguintes questões: 1) “Quais são as principais desproteções vivenciadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias durante e após a crise pandêmica?” 2) “Que ações estão sendo realizadas junto a crianças, adolescentes e suas famílias para diminuir contextos de desproteções sociais, especialmente desproteções relacionais no momento de crise e pós-crise pandêmica?”.

Visando identificar estudos que abordassem essas questões, foram utilizados os seguintes descritores: (pandemia OR Sars-Cov-2 OR Covid-19 OR “pós-pandemia”) AND (convivência OR “risco social” OR “proteção social” OR violência OR maus-tratos OR discriminação OR abandono OR conflito OR “desproteção social” OR “vulnerabilidade social”) AND (revisão sistemática OR revisão de escopo OR revisão integrativa OR metanálise OR metassíntese). As buscas foram realizadas com os descritores em inglês, espanhol e português a depender da base de dados. Foram realizadas buscas de artigos científicos nas bases de dados Lilacs (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Web of Science, Scopus, Periódicos CAPES e PsychInfo. Definiu-se a busca para artigos publicados de janeiro de 2020 a abril de 2023 considerando o interesse em publicações no período da crise pandêmica e nos desafios após esse período.

Como critério de elegibilidade, foram incluídos: 1) artigos de revisão sistemática, integrativa, de escopo ou estudos de metassíntese publicados em periódico científico; 2) textos completos com acesso aberto; 3) artigos publicados em português, inglês ou

espanhol; (4) artigos que descrevem desproteções ou proteções de crianças/adolescentes ou estratégias de intervenção. Já os critérios de exclusão foram relacionados a: 1) artigos em duplicidade; 2) artigos que não se referiam ao tema ou não traziam um quadro com síntese qualitativa abrangente; 3) estudos cujas temáticas não incidem na desproteção ou proteção social de crianças/adolescentes; 4) literatura cinza em livros ou capítulos.

Utilizou-se o *software Rayyan* (OUZZANI *et al.*, 2016) para a análise dos títulos e resumos dos artigos a partir dos critérios de elegibilidade acima descritos, excluídas as publicações não relacionadas à pergunta da pesquisa. Os artigos resultantes foram lidos integralmente após avaliação de qualidade e excluídos os não elegíveis. A Figura 5 resume o processo, tendo sido encontrados 304 artigos, distribuídos em: Lilacs (11); SciELO (02); Web of Science (51); Scopus (80); Periódicos Capes (144); PsychINFO (16). Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, foram lidas na íntegra 68 publicações, das quais foram incluídas 13 para síntese e análise.

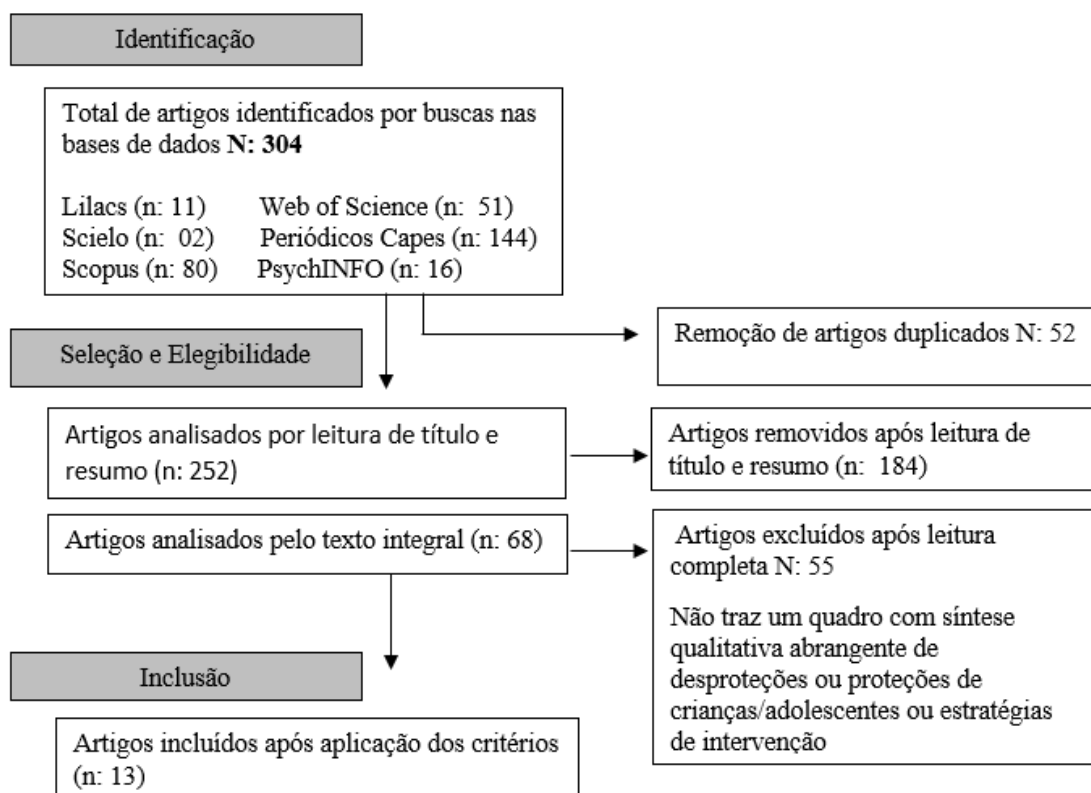


Figura 1: Diagrama do processo de seleção de artigos

Fonte: Elaborado pelas autoras

3. RESULTADOS – SÍNTESE DE MÚLTIPLAS EVIDÊNCIAS DE DESPROTEÇÕES E ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO

Os 13 artigos de revisão incluídos trazem como foco os principais aspectos que incidem nas desproteções de crianças e/ou adolescentes afetando a saúde mental e a convivência familiar e comunitária, bem como estratégias de intervenção para o enfrentamento dessas situações. O Quadro 1 traz algumas características dos estudos selecionados, sendo cinco artigos de revisão de escopo e oito artigos de revisão sistemática. Ambas revisões apresentam uma metodologia bem estruturada com passos que podem ser reproduzidos e critérios para responder determinada pergunta relacionada ao tema em questão. A revisão de escopo visa explorar um tema com seus principais conceitos, alcances e principalmente lacunas sobre o tema, trazendo, então, uma síntese de evidências (PETERS, *et al.*, 2020) e a revisão sistemática busca identificar, analisar e sintetizar evidências relevantes para uma questão investigada (AROMATARIS *et al.*, 2020). Essas 13 revisões apresentam sínteses de evidências de estudos realizados em diversos países de diferentes continentes, incluindo o Brasil. Alguns artigos apontam sínteses relacionadas à prevalência de situações de maus-tratos/violência; outros trazem como destaque a questão social e a saúde mental de crianças/adolescentes e de mães/pais/cuidadores e como isso incide na desproteção infantojuvenil. As sínteses descritivas apresentadas são de análises de diversos tipos de estudos: transversais, longitudinais, descritivos e artigos com evidências qualitativas.

Quadro 1: Descrição dos estudos incluídos na revisão

Código Ref. Artigo (A)	Autores/ Língua	Tipo de revisão/ número de artigos/países envolvidos	Principais aspectos abordados
A1	Lettiere-Viana <i>et al.</i> (2021) / português	Revisão de escopo/ 59 artigos /10 países incluindo Brasil	Discute 6 categorias: 1) prevenção; 2) identificação e intervenção; 3) cuidados continuados; 4) cuidado com a segurança e a saúde mental dos profissionais; 5) interdisciplinaridade; e 6) atenção especial às populações vulneráveis.
A2	Huang <i>et al.</i> (2023) / inglês	Revisão sistemática/35 artigos/15 países incluindo Brasil	Faz uma análise socioecológica de fatores de risco e fatores de proteção relacionados aos maus-tratos infantis.
A3	Or <i>et al.</i> (2023)/ inglês	Revisão sistemática/21 artigos/9 países	Avalia como dificuldades profissionais/financeiras dos pais/cuidadores têm efeito de transbordamento sobre o bem-estar de crianças e adolescentes e o funcionamento familiar na pandemia.
A4	Zambrano-Villalba; Sánchez-Medina (2022)/ espanhol	Revisão sistemática/ 34 artigos/8 países da América Latina, incluindo Brasil	Traz um panorama de como a violência doméstica afetou as relações interpessoais no sistema familiar e a necessidade de realizar um plano de intervenção imediata.

A5	Pearson <i>et al.</i> (2021)/ inglês	Revisão de escopo/155 relatórios/ Estados-membros europeus da OMS)	Indica medidas mais comuns utilizadas pelos órgãos governamentais e pela comunidade para aumentar a oferta de apoio e serviços com foco no apoio a mulheres e crianças expostas à violência doméstica.
A6	Karbasi; Safdari; Eslami (2022)/ inglês	Revisão de escopo/ 16 artigos/6 países	Lista variáveis de risco para violência contra crianças durante a pandemia.
A7	Boldt <i>et al.</i> (2021)/ inglês	Revisão sistemática/ 11 estudos/5 países	Identifica intervenções direcionadas a crianças e seus cuidadores para reduzir os problemas psicossociais no curso da pandemia de COVID-19.
A8	Letourneau <i>et al.</i> (2022)/ inglês	Revisão sistemática/ 29 estudos/14 países	Examina a ocorrência de violência familiar, identifica situações associadas à violência familiar e recomendações relevantes.
A9	Rapp <i>et al.</i> (2021) Inglês	Revisão sistemática/ 12 estudos/5 países incluindo Brasil	Levanta como países diferentes lidam com os casos de maus-tratos infantis.
A10	Li; Taeihagh; Tan (2023)/inglês	Revisão de escopo/ 265 estudos de 49 países dos cinco continentes, incluindo Brasil	Examina os impactos negativos das medidas de distanciamento físico em populações vulneráveis e identifica medidas de proteção para combater esses impactos.
A11	Silva; Barros (2021)/ português	Revisão de escopo/ 26 artigos /12 países	Analisa eixos referentes ao acesso aos serviços, questões socioeconômicas e de saúde mental, entre outros aspectos que contribuíram para o aumento da violência infantil.
A12	Oostrom; Cullen; Peters (2022)/ inglês	Revisão sistemática/ 22 artigos/11 países	Identifica as mudanças na violência infantil e outros fatores que ocasionam impactos na saúde mental.
A13	Marmor; Cohen; Katz (2023)/ inglês	Revisão sistemática/ 24 artigos/ 8 países incluindo Brasil	Aborda os riscos aumentados para as crianças durante a pandemia e intervenções necessárias visando à proteção infantil.

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos estudos incluídos na revisão

Em relação às principais evidências de desproteção de crianças/adolescentes e suas famílias e estratégias de intervenção sintetizadas nestes artigos de revisão, optou-se por apresentar e discutir os resultados mediante categorias conceituais com bases nas principais inseguranças socioassistenciais e nas desproteções de saúde mental. Assim, a partir da leitura dos artigos selecionados nesta revisão, conseguimos agrupar os principais aspectos levantados em quatro grandes dimensões: 1) Convivência – aborda aspectos das relações familiares e comunitárias, da rede de apoio, das desproteções relacionais com maior destaque para as situações de violência intrafamiliar; 2) Renda e sobrevivência – abarca as principais dificuldades socioeconômicas vivenciadas que incidem nas desproteções relacionais; 3) Acolhida, acesso a serviços e autonomia – considera as principais barreiras e facilitadores de acesso aos serviços e como incidem na participação, na garantia de direitos, na dignidade e na autonomia das pessoas; 4) Saúde mental – traz aspectos que são reflexos das inseguranças enfrentadas, os quais ampliam desproteções

relacionais, especialmente quando pais e/ou cuidadores enfrentam problemas de saúde mental.

O Quadro 2 apresenta uma síntese de múltiplas evidências que incidem na dimensão do convívio familiar e comunitário, cuja maioria foi ampliada pelo contexto de distanciamento social que aconteceu especialmente entre 2020 e 2021, cujos efeitos estão reverberando após a pandemia. Além disso, este quadro apresenta estratégias de proteção que precisam ser intensificadas visando à garantia de direitos e de seguranças de crianças, adolescentes e suas famílias, especialmente com a garantia de acolhida e acesso efetivo aos serviços.

Quadro 2: Síntese de múltiplas evidências de desproteções e de estratégias de proteção

Dimensão	Principais situações de desproteção	Principais estratégias para proteção
Convivência	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da rede significativa de apoio familiar e comunitária, reflexo do distanciamento social (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A8, A9, A10, A11). - Ampliação de conflitos e violência doméstica (maus-tratos, violências psicológicas, violência verbal) (A1, A2, A3, A6, A8, A9). - Ampliação de violências/abusos virtuais/<i>online</i>. (A11). - Diminuição do monitoramento e de notificações de contextos de risco pela rede de proteção de crianças e adolescentes (A3, A6; A8, A9, A11). - Aspectos duradouros ampliando desproteções no convívio (processos transgeracionais, história de abusos físico ou psicológico, crenças na forma de cuidar/educar, conflitos em razão de separação conjugal, uso de drogas, sobrecarga da mulher) (A2). 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar o atendimento e acompanhamento dos casos já notificados com possíveis riscos. (A11). - Desenvolver ações preventivas e de orientação com crianças/adolescentes e com a comunidade (A1, A11). - Realizar campanhas de conscientização sobre a violência doméstica (A10; A5; A8). - Ofertar acesso a serviços de acolhimento para vítimas de violência (A10, A5). - Ampliar e mapear a rede comunitária de apoio (A10). - Disponibilizar linhas telefônicas para denúncias de violência (A1). - Manter escolas e creches com qualificação para lidar com crianças em risco e com histórico de violência (A9). - Realizar apoio parental – intervenções <i>online</i> e presenciais visando reduzir o nível de estresse dos cuidadores e melhorar o bem-estar social, emocional de pais e filhos (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11). - Entregar kits de ferramentas digitais apoiado por tele-bem-estar que garanta apoio parental diário e recursos de autocuidado. (A8; A7). - Criar pontos comunitário, como farmácias e mercados, preparados para oferta de apoio (A5).
Renda/sobrevivência	<ul style="list-style-type: none"> - Insegurança de cuidadores que perderam o emprego ou precisaram se adaptar diante da crise econômica; (A2, A3, A6, A8, A9, A13). - Diminuição da renda da família (A2; A3, A6, A8, A9, A10, A13). - Exploração sexual, trabalho infantil e casamento infantil decorrente da insegurança de renda (A11). - Efeitos negativos de aspectos financeiros/do trabalho dos cuidadores na relação e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar políticas de apoio financeiro e programas relevantes que considerem os impactos socioeconômicos da pandemia e da crise social instalada no contexto pós-pandêmico (A2; A10; A8; A5; A1). - Pensar estratégias de manutenção e ampliação de empregos (A8). - Facilitar acesso a seguro desemprego (A10, A1) - Fortalecer os orçamentos e investimentos nos serviços públicos (A8).

	das crianças e adolescentes (A2; A3; A4; A9).	
Acolhida/ acesso aos serviços e autonomia	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de dificuldades e desigualdades de acesso aos serviços durante e após a pandemia (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A8, A9, A10, A11). - Fechamento das escolas, creches – com diversos impactos (insegurança alimentar, dificuldades na aprendizagem) (A2, A3, A10, A11). - Falta de acesso à Tecnologia de Comunicação e Informação (TCIs) (A3, A10). - Preocupações com moradia, falta de infraestrutura na moradia ocasionando maior risco (A6, A10). - Crianças/adolescentes com deficiência enfrentam maiores desafios, especialmente com a diminuição da rede de apoio e barreiras para o acesso aos serviços (A10). - Contextos de migração ampliando todas as desproteções (A10). 	<ul style="list-style-type: none"> - Ofertar recursos necessários aos serviços de proteção à criança para identificação e ação diante de sinais de maus-tratos infantis (A13). - Garantir serviços <i>online</i> e apoio no acesso às TCIs (fornecer internet, computador, cartões de dados móveis) (A10, A2, A13; A1; A8). - Garantir aplicativos/instrumentos para o trabalho com violência (A5, A7). - Implementar programas alimentares (A10; A8). - Ampliar serviços de acolhimento para vítimas de violência (A10). - Ampliar serviços psicossociais ofertados de forma remota/<i>online</i> e presencial (A10, A1). - Aumentar as equipes que atuam na prevenção e atendimento de violências (A1). - Apoiar alunos com deficiência (A1; A10). - Qualificar os serviços e capacitar profissionais para uma escuta das relações e para que possam atuar no campo da segurança de convívio (A1; A5; A8). - Classificar os serviços de assistência, prevenção e proteção da violência como essenciais (A1). - Capacitar e ofertar apoio para os profissionais trabalharem de forma remota e presencial (A1; A8). - Valorizar sentimentos e experiências das pessoas atendidas (A1). - Fornecer informações da rede de serviços disponíveis de forma ampla para a comunidade (A1). - Fornecer apoio jurídico (A5). - Ampliar articulação dos serviços da rede de proteção (A1; A5). - Garantir serviços aos refugiados e migrantes (A5). - Cuidar dos profissionais física e emocionalmente (A1; A5).
Saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> - Sofrimento mental ampliado pelo isolamento social; (A2, A3, A6, A8, A12). - Problemas emocionais e de saúde mental parental (estresse, burnout, depressão, ansiedade, tensão, tristeza, frustração, raiva, culpa) gerando práticas parentais que afetam o bem-estar e a segurança de convívio (A2, A3, A6, A8, A10, A11, A12, A13). - Impacto do distanciamento e de outras inseguranças na saúde mental de crianças/adolescentes (ansiedade, depressão, distúrbio no sono e no apetite, comprometimento nas interações sociais) (A3, A12). 	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar continuidade dos serviços de saúde (A10; A6; A12). - Atuar nas inseguranças de renda e autonomia, com foco na redução de desigualdade social para melhoria da saúde mental (A8). - Realizar prevenção e intervenções contínuas no nível individual, relacional, comunitário e social para condições de saúde mental e violência (A8). - Ofertar diferentes formas de acesso incluindo: telepsicologia, telemedicina e cuidados domiciliares (A10; A4; A1). - Acompanhar pais que usam álcool e/ou outras drogas (A1). - Ofertar treinamento baseado na internet com vídeos curtos de psicoeducação e materiais escritos com foco no estresse dos pais e das crianças (A7). - Cuidar da saúde mental dos pais/cuidadores (A1; A2; A10). - Cuidar da saúde mental dos profissionais (A1).

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos estudos incluídos na revisão

Essas dimensões apresentadas no Quadro 2 se entrelaçam, afetam-se e são afetadas por questões macro e microsociais. Separamos esses aspectos para que não sejam pensadas estratégias unidirecionais, pois entendemos que as intervenções com foco nas desproteções relacionais e na promoção de convivências protetivas devem olhar e buscar ações para mitigar os efeitos das desproteções ligadas à renda, à falta de acesso aos serviços, à redução de autonomia e a problemas de saúde mental haja vista que alguns desses aspectos estão correlacionados aos contextos de desproteção relacional. Assim, é importante nos atentar tanto para as questões materiais como para os sofrimentos decorrentes das vivências cotidianas que ocasionam inseguranças.

4. DISCUSSÃO

Conforme resultados apresentados, discutimos os principais pontos de desproteção e proteção, os quais foram levantados pela literatura a partir de dimensões das desproteções ligadas a: convivência familiar e comunitária, inseguranças de renda, acesso aos serviços e aspectos de saúde mental. Além disso, trazemos uma síntese geral com pontos relevantes para pensarmos atuações diante das dificuldades enfrentadas após a crise pandêmica e as repercussões causadas pelo distanciamento social.

4.1 Convivência familiar e comunitária

Todos os artigos apontam para o aumento dos riscos de desproteções relacionais, conflitos intrafamiliares e contextos de violência contra criança e adolescente embora alguns países tenham demonstrado diminuição de notificações (HUANG *et al.*, 2023; KARBASI; SAFDARI; ESLAMI, 2022; LI; TAEIHAGH; TAN, 2023; LETOURNEAU *et al.*, 2022, RAPP *et al.*, 2021; SILVA; BARROS, 2021), mas houve o aumento de casos mais graves de violência, identificados principalmente nos serviços de emergência (HUANG *et al.*, 2023, MARMOR; COHEN; KATZ, 2023; SILVA; BARROS, 2021). As situações de violência mais identificadas em alguns estudos foram estas: negligência emocional e física, abuso emocional/psicológico, agressão, ameaça, agressão verbal (gritos), agressão e castigo físico/corporal (incluindo palmada ou pancada) (LETOURNEAU *et al.*, 2022; OR *et al.*, 2023). Os autores que trazem essas evidências apontam que o distanciamento social e a falta de acesso aos serviços, nos quais as crianças poderiam contar como espaço de proteção, foram uma das prováveis causas para a diminuição de denúncias e notificações (HUANG *et al.*, 2023; KARBASI; SAFDARI; ESLAMI, 2022; RAPP *et al.*, 2021). Além disso, destacaram a maior prevalência de

violência física e psicológica e o maior risco para as crianças menores nesse período de distanciamento social (KARBASI; SAFDARI; ESLAMI, 2022; LETOURNEAU *et al.*, 2022). É importante ressaltar que violências sexuais podem ter aumentado durante a pandemia. Todavia, houve dificuldade de identificação por falta de meios de apoio e comunicação das crianças (KARBASI; SAFDARI; ESLAMI, 2022; SILVA; BARROS, 2021). No contexto pós-pandêmico brasileiro, percebe-se que os casos de notificação/denúncia de situações ligadas à insegurança de convívio/contextos de violência aumentaram nos dois últimos anos, especialmente com o retorno total das escolas para o atendimento presencial (REINACH; BARROS, 2022).

As evidências apontam que as situações de violência podem ser ampliadas ou ocasionadas por situações multidimensionais: distanciamento social, históricos de violência, crenças limitantes de cuidadores, questões culturais, problemas de saúde mental de cuidadores, diminuição da renda ocasionando estresse parental e dificuldades de garantias de necessidades de crianças/adolescentes pela falta de acesso a serviços, entre outras situações. Os estudos evidenciam, ainda, que o distanciamento social também reduziu a convivência e as possibilidades de apoio com a rede familiar e comunitária significativa das famílias. Nesse sentido, os cuidadores sofreram sobrecarga no papel parental, especialmente as mulheres, que intensificaram tarefas de cuidar e de trabalhar em casa. Sentiram, portanto, o aumento de demandas e a redução de recursos disponíveis. Diante disso, é preciso fazer uma análise com base nas questões de gênero e na ampliação de desproteções diversas para além de sobrecargas, pois as meninas também são mais suscetíveis a situações de abuso sexual e a subnotificações dessas situações, considerando questões culturais e naturalização da violência contra mulher (HUANG, *et al.*, 2023, OR *et al.*, 2023).

Como estratégias de proteção, verificamos recomendações quanto a: ampliação de apoio material para aqueles que enfrentam insegurança de renda; apoio emocional e psíquico, bem como suporte/orientação a mães/pais/cuidadores em relação a convivências que protegem, com o foco em um cuidado responsivo, com diálogo e estratégias que não envolvam o uso da força e da coerção (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021). Ademais, a rede de proteção deve continuar ampliando campanhas publicitárias e alertando sobre os tipos de maus-tratos contra crianças e adolescentes para que a comunidade se engaje na proteção infantojuvenil (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021; PEARSON *et al.*, 2021). É importante investir em serviços de atendimento e acolhimento socioassistencial, jurídico e de saúde às mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência, realizando ações

para estimular as famílias a manterem contato com redes significativas de apoio (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021). Além disso, é preciso criar programas e intervenções com foco no apoio instrumental às famílias para redução de vivências de desproteção ligados à violência contra crianças e adolescentes (MARMOR; COHEN; KATZ, 2023).

Atrelados a esses dados e aos estudos sobre violência infantojuvenil, é preciso olhar para o caráter multifatorial e para as diversas contradições quando falamos da segurança de convívio, das relações familiares e da dicotomia proteção e desproteção, em que as vulnerabilidades enfrentadas nem sempre contam com as ofertas de proteção do Estado. Assim, é preciso um olhar crítico para as lógicas de proteção social que culpabilizam mulheres-mães sem olhar de forma cautelosa para a saúde mental, para a sobrecarga vivenciada no cotidiano e para a oferta de serviços que de fato garantam direitos e equidade social (MIOTO; DAL PRÁ; WIESE, 2018).

4.2 Renda e sobrevivência

Durante e após a pandemia de COVID-19, todos os estudos identificam que o distanciamento social agravou inseguranças de renda e sobrevivência das famílias, ampliando inseguranças, como moradia e alimentação, em que tais famílias já vinham enfrentando desproteções socioassistenciais, bem como perda de emprego e de renda. Essas e outras mudanças na rotina familiar podem acabar afetando a saúde mental e as relações, tais como quadros de estresse, ansiedade e depressão parental, aumentando situações de violência. Assim, correlações entre perda de emprego/diminuição da renda familiar e problemas de saúde mental foram fortes preditores para risco de violência/maus-tratos infantojuvenis (HUANG *et al.*, 2023; KARBASI; SAFDARI; ESLAMI, 2022; MARMOR; COHEN; KATZ, 2023; OR *et al.*, 2023; RAPP *et al.*, 2021, SILVA; BARROS, 2021). Em razão das inseguranças socioeconômicas, quadros de violência sexual e violações de direito, como a exploração sexual de crianças e adolescentes e o casamento infantil, também tiveram aumento de acordo com alguns estudos (SILVA; BARROS, 2021). Além disso, pelas condições de emprego e inseguranças de renda, famílias em maior vulnerabilidade enfrentam insegurança alimentar, escassez de instalações sanitárias, moradias inadequadas e outros determinantes e barreiras para o acesso à saúde, ampliando ainda mais problemas de saúde mental (LI; TAEIHAGH; TAN, 2023).

Como estratégias de intervenção, os países devem criar programas de apoio financeiro e transferência de renda para mitigar os impactos socioeconômicos da

pandemia, entendendo que a situação vai para além do momento de crise sanitária e esses programas precisam avançar para uma seguridade mais duradoura que combata as desigualdades sociais. Faz-se necessário, ainda, pensar no processo de criação de empregos, fortalecendo a economia de cada país, além de melhorar os serviços, ampliando o orçamento (LETOURNEAU *et al.*, 2022) para que seja possível atender às famílias em desproteção social.

4.3 Acolhida, acesso a serviço e autonomia

Essa dimensão aparece em todos os estudos como um ponto de fragilidade e como a maior estratégia para a proteção de crianças, adolescentes e suas famílias. No momento de maior gravidade e incertezas causadas pela pandemia, vários serviços importantes, como escolas, creches e equipamentos que ofertam serviços socioassistenciais, sofreram interrupções ou restrições no atendimento. A falta de acesso a serviços essenciais repercutiu não apenas no apoio para atendimentos voltados às situações de violência e a assistência à saúde, mas rotinas que garantiam seguranças básicas, como alimentação, foram interrompidas com o fechamento de alguns serviços (LI; TAEIHAGH; TAN, 2023; OR *et al.*, 2023).

Ressalta-se que os contextos de desproteções históricos se ampliaram – embora as inseguranças de renda, a exclusão sociodigital e as dificuldades no acesso aos serviços tenham ficado mais visíveis, isso sempre existiu. A falta de acesso às Tecnologias de Comunicação e Informação (TCIs) tem sido uma temática importante a ser discutida diante de uma das maiores estratégias para a garantia de atendimento – os atendimentos remotos por telefone ou videoconferências (LETOURNEAU *et al.*, 2022; OR *et al.*, 2023). Essa forma de atendimento foi e continua sendo muito relevante considerando o distanciamento social durante a pandemia e, posteriormente, as diversas limitações dos serviços e das famílias, como a falta de recursos para chegar aos serviços. Para a garantia de serviços ofertados de forma *online*, é preciso pensar processos de inclusão digital, acesso à tecnologia, com plataformas amigáveis e acessíveis, treinamento e suporte para que profissionais de saúde atuem em plataformas digitais (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021). Sobretudo, é preciso entender a inclusão sociodigital como forma de proteção social (COELHO; CONCEIÇÃO, 2021).

As desigualdades de acesso são ainda mais complexas quando se trata de pessoas com deficiência. Alguns estudos apontam para maior dificuldade de acesso aos recursos educacionais pelas crianças/adolescentes com deficiência (LI; TAEIHAGH; TAN, 2023),

exigindo a criação de recursos e materiais adequados a esse público. Outra situação que agrava acessos a serviços e inseguranças socioassistenciais e de saúde se refere aos migrantes e refugiados. Portanto, é importante a garantia de acolhida e serviços específicos para essa população (LI; TAEIHAGH; TANN, 2023).

É relevante uma acolhida que consiga escutar sentimentos e vivências das pessoas, dar atenção às narrativas sobre as relações cotidianas, além de buscar atender as necessidades objetivas. Isso requer um cuidado com quem atende, um investimento e reconhecimento dos profissionais e dos serviços que ofertam acolhida e diversas ações com foco na proteção (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021). Requer, ainda, investimento e financiamentos específicos para políticas públicas voltadas para a prevenção e o atendimento de situações de violência contra crianças e mulheres (PEARSON *et al.*, 2021, LETOURNEAU *et al.*, 2022).

Quanto à autonomia de crianças e de adolescentes, isso ficou ainda mais limitado devido às restrições impostas pelo distanciamento social e pela falta de acesso aos serviços. Alguns estudos recomendaram que, durante a pandemia, fossem desenvolvidos programas, intervenções *online* e plataformas digitais destinadas a ouvir crianças/adolescentes e estimular a participação, o protagonismo e o sentido de comunidade (MARMOR; COHEN; KATZ, 2023). Essa necessidade de espaços de escuta infantojuvenil merece uma atenção e priorização na atuação de cada serviço, de forma remota ou preferencialmente presencial, considerando as reduções desses espaços e das redes significativas que, neste momento pós-pandêmico, precisam ser fortalecidas.

4.4 Saúde mental e bem-estar

A saúde mental é outro elemento destacado por diversos estudos como uma evidência que pode prejudicar a capacidade de atender às necessidades imediatas próprias e daqueles que precisam de cuidados, como é o caso de crianças e adolescentes, podendo gerar contextos de violência/maus-tratos (HUANG *et al.*, 2023, LETOURNEAU *et al.*, 2022, RAPP *et al.*, 2021). Os estudos apontam o impacto do distanciamento e de outras inseguranças na saúde mental de crianças/adolescentes, ampliando quadros de ansiedade, depressão, distúrbio do sono e do apetite, bem como comprometimento nas interações sociais (OOSTROM; CULLEN; PETERS, 2022). Há correlações entre o aumento da violência/maus-tratos infantil com a ampliação de problemas de saúde mental dos pais, as quais são evidentes em diversos estudos (LI; TAEIHAGH; TAN, 2023; SILVA; BARROS, 2021; OR *et al.*, 2023). É preciso destacar que essa saúde mental é afetada por

questões macrossociais, como perda de emprego, enfrentamento de dificuldades financeiras, sobrecargas em diversos papéis, entre outros problemas coletivos. Essas situações causam principalmente estresse parental, afetando as relações intrafamiliares e os cuidados necessários às crianças/adolescentes. Por isso, a rede de proteção deve avaliar tal situação como efeito das diversas tensões causadas em momentos de crise, de catástrofes e das desigualdades históricas enfrentadas mundialmente.

Considerando as necessidades levantadas nos tópicos anteriores, os profissionais de saúde necessitam de formação continuada para dar resposta à necessidade urgente de apoio emocional às famílias durante e após a crise sanitária. Nesse contexto, os atendimentos remotos no campo da psicologia receberam destaque como instrumentos de maior alcance (LI; TAEIHAGH; TAN, 2023; ZAMBRANO-VILLALBA; SÁNCHEZ-MEDINA, 2022). Diante disso, a formação na prestação de serviços digitais foi levantada como essencial para melhorar ainda mais a detecção de maus-tratos infantis durante pandemias, particularmente em famílias vulneráveis (LETOURNEAU, *et al.*, 2022). São essenciais o apoio social e o autocuidado: gerenciamento de estresse, exercícios físicos, relaxamento, rotina de sono, alimentação e prevenção de estratégias prejudiciais de enfrentamento, como o uso de tabaco, álcool ou drogas (LETTIERE-VIANA *et al.*, 2021).

Sobre intervenções mais estruturadas, o estudo de Boldt, *et al.* (2021) aborda artigos com algumas intervenções com crianças, adolescentes e pais, mediante recursos digitais, visando à diminuição de contextos de ansiedade e estresse, à ampliação do bem-estar e ao apoio psicossocial. Recursos, como vídeos, questionários, formulários de feedback, orientações de autocuidado e jogos digitais, foram utilizados para ampliar a participação e apoiar os participantes. O estudo de Boldt, *et al.* (2021) apontou que intervenções que gerem encontros e espaços coletivos de reflexão e protagonismo podem mitigar os efeitos psicossociais ocasionados por momentos de crise.

4.5 Uma síntese geral de evidências

Os desafios apresentados em termos de desproteção de crianças, adolescentes e suas famílias, nos últimos anos, trazem a necessidade de vigilância no sentido de levantar dados sobre as situações de vulnerabilidade, risco e potencialidades nos territórios e pensar estratégias de atuação. A Figura 2 traz uma síntese do que a literatura aponta como evidências de processos de desproteções e de atuações protetivas pensando nos impactos ocasionados pela crise sanitária.



Figura 2: Processos de desproteção e de proteção de crianças, adolescentes e suas famílias

Fonte: Elaborado pelas autoras

A Figura 2 ressalta a importância de olhar a proteção e a desproteção como processos de múltiplas dimensões e evidências em que se exigem atuações com foco biopsicossocial nos diversos contextos – nas microrrelações familiares, nos cuidados parentais e no bem-estar de crianças e adolescentes; na oferta e acolhida nos diversos serviços de proteção; nas relações comunitárias; e nas questões macroestruturais. Todas essas esferas estão conectadas e precisam ser vistas de forma sistêmica. Ademais, ao considerarmos as desproteções e as atuações protetivas como um processo, trazemos uma perspectiva não linear para as evidências apresentadas nesta revisão, considerando relevante, sobretudo, compreender os contextos e abrir espaços de escuta para crianças, adolescentes e suas famílias nos diversos serviços que buscam garantir direito e proteção.

5. CONCLUSÃO

A literatura aponta para evidências de desproteções ligadas a questões sociais, de acesso a serviços, de saúde e de convivência, as quais podem comprometer a qualidade das relações e a proteção de crianças e adolescentes. São processos que trouxeram impacto para a dinâmica e as relações familiares: 1) situações ligadas às limitações ocasionadas pelo distanciamento social, como a intensidade do convívio familiar, o fechamento de escolas e creches, ocasionando a necessidade do ensino remoto,

desafiando cuidadores, especialmente mulheres, a executar tarefas de ensino, atividades domésticas e trabalho; 2) questões sociais – ligadas à insegurança de renda, causadas pela perda de emprego e dificuldades de gerenciar gastos adicionais; 3) aspectos ligados ao acesso a serviços – limitações durante a crise sanitária e ampliação de demandas pós-pandemia; e 4) questões de saúde, como a depressão, o estresse e a ansiedade de mães/pais/cuidadores, as quais afetaram a qualidade das relações familiares, bem como questões de saúde mental das crianças e adolescentes. Como estratégias, o acesso aos serviços e políticas públicas de apoio às famílias é o que a literatura traz de forma mais recorrente e, portanto, há uma urgência em fortalecer os serviços e a intersetorialidade das políticas públicas identificando demandas e firmando responsabilidades de atenção do Estado.

É preciso ressaltar que, embora o recorte temporal desta revisão tenha acontecido principalmente em um momento de crise ocasionada pela pandemia e um contexto pós-pandêmico, não podemos reduzir as desproteções aqui apresentadas a esse contexto, pois estamos discorrendo sobre uma crise dentro de outra crise. Essas situações mostram, mais uma vez, a crise sanitária, reeditando crises históricas, sociais, políticas e econômicas que vivenciamos não só no Brasil, mas em outros países, ampliando um sofrimento pelas insuficiências societárias e uma piora nas condições de vida, especialmente daqueles já vulnerabilizados pelo sistema (COSTA; MENDES, 2021). Dessa forma, é essencial não reforçar tentativas de invisibilizar o contexto histórico de desproteções, as subnotificações de dados, considerando que o processo de identificação para a busca de atuações de proteção é fundamental.

Diante disso, as desproteções e as estratégias de proteção levantadas aqui precisam ser foco de atuações voltadas para a promoção de espaços de convivência protetiva. Quanto às estratégias compartilhadas por esses estudos, isso pode nos fazer pensar no que está disponível diante das experiências das redes de serviço e nas possibilidades de melhoria das ofertas para a proteção de crianças, adolescentes, famílias e seus territórios de vivência.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. M. E.; DUARTE, F. G. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des)proteção social. **O Social em Questão**, vol. 22, n. 45, 2019.

AROMATARIS, E. *et al.* Chapter 10: Umbrella Reviews. In: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Ed.) **JBIMES-20-11**. **JBIMES-20-11**. **JBIMES-20-11**. Disponível em: <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-11>. Acesso em: 12 abr. 2023.

AVERY A. R. *et al.* Differences in Stress and Anxiety Among Women With and Without Children in the Household During the Early Months of the COVID-19 Pandemic. **Frontiers in Public Health**, vol. 9, Set., 2021.

BOLDT K. *et al.* Interventions to Ameliorate the Psychosocial Effects of the COVID-19 Pandemic on Children – A Systematic Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, 18, n. 5: 2361, Fev., 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br>> Acesso em: 02/06/2023.

CAMPBELL A. M. An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic Science International Reports**, 2, 100089, Dec., 2020.

CARVALHO, R. N.; PICORNELL-LUCAS, A. Saúde mental e proteção social de crianças em tempos de crise: o caso da pandemia de COVID-19. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**, v.8, n. 2, 1–16, nov., 2022.

CHOCIAY JUNIOR, S. *et al.* O impacto de maus-tratos na saúde mental de crianças e adolescentes: revisão integrativa de literatura. **Arquivos De Ciências Da Saúde Da UNIPAR**, v. 27, n. 4, 1912–1931, 2023.

COELHO, A. C. F.; CONCEIÇÃO, M. I. G. Exclusão sociodigital e desproteção de crianças, adolescentes e famílias em tempos de crise. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 16, n. 2, abr-jun, 2021.

COELHO, C. *et al.* Em direção a um mapa abrangente de evidências de visão geral dos métodos de revisão sistemática: artigo 1 — finalidade, elegibilidade, busca e extração de dados. **Syst Rev** 6, 231, 2017.

COSTA, P. H. A. da; MENDES, K. T. Saúde mental em tempos de crise e pandemia: um diálogo com Martín-Baró. **Revista Psicologia e Saúde**, v., 13, n. 1, 217-231, 2021.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando famílias**, vol. 19, n. 2, dezembro, 2015.

GRIFFITH, A. K. Parental Burnout and Child Maltreatment During the COVID-19 Pandemic. **Journal of Family Violence**, v. 37, 725–731, 2022.

HUANG, N. *et al.* The prevalences, changes, and related factors of child maltreatment during the COVID-19 pandemic: A systematic review. **Child Abuse & Neglect**, vol. 135, Jan., 2023.

KARBASI, Z.; SAFDARI, R.; ESLAMI, P. The silent crisis of child abuse in the COVID-19 pandemic: A scoping review. **Health science reports**, v. 5, n. 5, Sept., 2022.

KATZ, C.; FALLON, B. Two years into COVID-19: What do we know so far about child maltreatment in times of a pandemic and what else should be explored? **Child Abuse Negl**, 130 (Pt 1):105546, Aug., 2022.

LETOURNEAU, N. *et al.* COVID-19 and family violence: A rapid review of literature published up to 1 year after the pandemic declaration. **E. Clinical Medicine**, 53:101634, Nov., 2022.

LETTIERE-VIANA, A. *et al.* Coping strategies for violence against children, adolescents and women in the context of social isolation due to COVID-19: scoping review. **Texto & Contexto Enferm.**, vol. 30, 2021.

LI, L.; TAEIHAGH, A.; TAN, S. Y. A scoping review of the impacts of COVID-19 physical distancing measures on vulnerable population groups. **Nature Communications**, v. 14, n. 1, 2023.

MARMOR, A.; COHEN, N.; KATZ, C. Child Maltreatment During COVID-19: Key Conclusions and Future Directions Based on a Systematic Literature Review. **Trauma violence & abuse**, v. 24, n. 2 , 760–775, 2023.

MARQUES, E. S., *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, e00074420, 2020.

MARTINS-FILHO P. R., *et al.* Decrease in child abuse notifications during COVID-19 outbreak: A reason for worry or celebration? **J Paediatr Child Health**, v.56, n. 12,1980-1981, Dec., 2020.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R.; WIESE, M. L. Política Social e processos de judicialização: Serviços sociais e famílias em foco. **Ser Social**, v. 20, n. 42, 11–29, 2018.

OOSTROM, T. G.; CULLEN, P.; PETERS, S. A. The indirect health impacts of the COVID-19 pandemic on children and adolescents: A review. **Journal of Child Health Care**, v. 27, n. 3, 488-508, Mar., 2022.

OR, P. P. L. *et al.* From parental issues of job and finance to child well-being and maltreatment: A systematic review of the pandemic-related spillover effect. **Child Abuse Negl**, 137:106041, Mar. 2023.

OUZZANI, M. *et al.* A web and mobile app for systematic reviews. **Systematic Reviews**, v. 5, 210, Dec., 2016.

PEARSON, I. *et al.* Emerging responses implemented to prevent and respond to violence against women and children in WHO European member states during the COVID-19 pandemic: A scoping review of online media reports. **BMJ Open**, v. 11, n. 4, 2021.

PETERS M. D. J. *et al.* Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBI Evid Synth**, v. 18, n.10, 2119-2126, Oct., 2020.

RAPP, A. *et al.* Child Maltreatment During the COVID-19 Pandemic: A Systematic Rapid Review. **Pediatric Clinics of North America**, v. 68, n. 5, 991–1009, Oct., 2021.

REINACH, S.; BARROS, B. W. O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022. Em: 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 01/10/2023.

ROOS L. E. *et al.* Supporting families to protect child health: Parenting quality and household needs during the COVID-19 pandemic. **PLoS ONE**, v. 16, n. 5, e0251720, May., 2021.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (Ed.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Vozes, 1999.

SILVA, J. L. da; BARROS, W. C. T. dos S. Evidence on the impacts of COVID-19 pandemic on violence against children: scoping review. **Texto & Contexto Enferm**, vol. 30, 2021.

TORRES, A. S.; FERREIRA S. S. “Trabalho Profissional: Responsabilidade de Proteção Nos Serviços Socioassistenciais”. **O Social em Questão**, n. 45, set/dez, 2019.

WU Q; XU Y. Parenting stress and risk of child maltreatment during the COVID-19 pandemic: A family stress theory-informed perspective. **Dev Child Welf**, v. 2, n. 3, 180-196, Oct. 2020.

ZAMBRANO-VILLALBA, C.; SÁNCHEZ-MEDINA, R. Relaciones interpersonales y violencia en el sistema familiar en confinamiento por COVID 19 en América Latina: revisión sistemática. **Revista Eleuthera**, v. 24, n. 1, Jan./Jun., 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Acileide Cristiane Fernandes Coelho: participou da concepção e planejamento do estudo; coleta e análise de dados; elaboração e revisão do manuscrito.

Maria Inês Gandolfo Conceição: participou da concepção do estudo; revisão de análise de dados; e revisão do manuscrito.